

**POLÍTICAS PÚBLICAS E OS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE LAZER:
PRODUÇÃO ACADÊMICA DE 2008 A 2014**

Recebido em: 05/10/2015

Aceito em: 02/06/2016

Rafael Castro Kocian

Cinthia Lopes da Silva

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Piracicaba – SP – Brasil

RESUMO: O objetivo deste trabalho é realizar uma análise das políticas públicas de esporte e lazer, considerando quatro eixos: participação social, estruturação de programas de lazer, relações intersetoriais e construção de espaços e equipamentos de lazer. O trabalho é de natureza quantitativa e qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica no período de 2008 a 2014. Os dados apontam para a importância da participação popular nas decisões dos agentes públicos, mas ainda com dificuldades metodológicas para a execução, e para a importância do desenvolvimento de ações intersetoriais, potencializando assim os resultados das políticas de esporte e lazer.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Políticas Públicas. Equipamentos Esportivos.

**PUBLIC POLICIES AND LEISURE SPORTS EQUIPMENT: ACADEMIC
PRODUCTION FROM 2008 TO 2014**

ABSTRACT: The objective of this study is to perform an analysis of public policies for sports and leisure, considering four areas: social participation, structuring of leisure programs, intersectoral relations and building spaces and recreational equipment. The work is both a quantitative and qualitative study, being characterized as a literature research from 2008 to 2014. The data indicates the importance of people participation in the decisions taken by public officials, but there are methodological difficulties in their implementation, and the importance of developing intersectoral actions, thus enhancing the results of sports and leisure policies.

KEYWORDS: Leisure Activities. Public Policies. Sports Equipment.

Introdução

Diversos debates na sociedade brasileira trazem a perspectiva do lazer como uma possibilidade fundamental a todo ser humano. Lazer e trabalho são temáticas cotidianas, que estão entrelaçadas e que, segundo Marcellino (1992), necessitam de

ampla atenção e devem ser observadas com foco para entendimento do comportamento do ser humano em sua totalidade. Diante disso, segundo o autor, os aspectos inerentes ao lazer estão relacionados com as mais diversas áreas de atuação do ser humano, provocando diversas interações no plano cultural do indivíduo e de seu coletivo.

Para Macedo (1979), o lazer é um elemento da cultura, uma vez que pode ser conceituado como: “[...] conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (p.35)

Quando analisamos a lei máxima de nosso país, a Constituição Federal de 1988, percebemos logo no capítulo II, artigo 6º, que o lazer é tratado como um direito social tão importante quanto à educação, saúde e alimentação. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, [...] na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Além dessa citação como um direito social, o lazer ainda aparece por mais três vezes na Constituição. Primeiramente no artigo 7º, item IV, na forma de que o salário mínimo de trabalhadores urbanos e rurais deve garantir aos cidadãos e suas famílias o acesso a diversos direitos sociais, dentre eles o lazer. Posteriormente o lazer aparece na Seção III, que trata do desporto, especificamente no artigo 217, parágrafo 3º “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Por fim, o lazer aparece como um direito da criança e do adolescente, que deve ser assegurado pelo Estado, da sociedade e da família, conforme consta no Capítulo VII, artigo 227 (BRASIL 1988).

Além disso, estão em curso no Congresso Nacional diversos projetos de lei que tratam da redução de carga horária da jornada de trabalho de diversos segmentos profissionais. Nas alegações para mudanças, constam sob variadas formas, justificativas

que atrelam a qualidade de vida do trabalhador à prática do lazer como um direito social.

Marcellino (2003) destaca a importância que o lazer deve exercer dentro de uma visão administrativa, quer seja de um gestor público ou de um gestor privado.

[...] O cotidiano do mundo atual coloca o gestor, público e privado, diante do desafio de ofertar programas de lazer e recreação com bases em iniciativas consistentes e significativas para atender, de maneira responsável, à expectativa da sociedade, por meio de uma ação qualificada, que tenha origem no princípio de maior socialização e democratização dos bens culturais da humanidade (MARCELLINO, 2003 p.81-2).

Fica evidente, tanto na lógica da legislação nacional, quanto em uma visão técnica acadêmica, a importância que o incentivo às práticas de esporte e lazer assumem em nossa sociedade.

Para Marcellino (2007), o lazer deve ser entendido além do descanso e do divertimento, que também são fundamentais, mas considerando também os aspectos educativos do lazer: enquanto instrumento e objeto de educação. Nesse sentido, as práticas corporais (esporte, ginástica, luta, jogo, dança etc.), podem ser vivenciadas pelos sujeitos de modo a reverem valores e sentidos na sociedade em que vivem e para isso é fundamental que tenham acesso a uma ação educativa no sentido de uma educação para e pelo lazer. Sendo assim, é possível pensar o lazer como uma possibilidade intersetorial, uma vez que suas práticas podem ser desenvolvidas em parceria com outros setores como educação, saúde, segurança pública, etc. Marcellino (2001) ressalta que as políticas devem se constituir como ações planejadas e executadas de forma coletiva pelos diversos setores da administração pública, com participação das instituições representativas da sociedade.

Uma possibilidade importante da utilização dos espaços públicos de esporte e lazer diz respeito à segurança pública. Pochmann (2012) trata da importância dos

cidadãos em utilizar os espaços públicos e reconquistar a cidade. Para o autor, os gestores devem pensar em estratégias e planejar ações que tenham como objetivo estimular as pessoas a saírem das suas casas para constantemente utilizarem os parques, museus, praças, ruas e demais espaços.

Considerando a importância do lazer em nossa sociedade, vale a pena refletir como cada gestor público, cada município, cada estado e como nosso país como um ente federado tem pensado os espaços públicos e as respectivas políticas de esporte e lazer a curto, médio e longo prazo. Dessa forma, trazemos como problema a seguinte questão: como estão sendo promovidas as políticas públicas de lazer em nossa sociedade?

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise das políticas públicas de esporte e lazer, considerando quatro eixos: participação social, estruturação de programas de lazer, relações intersetoriais e construção de espaços e equipamentos de lazer. O trabalho está organizado a partir da descrição metodológica dos critérios de seleção e análise das publicações que foram estudadas e os resultados apresentados a partir de cada um dos eixos definidos no escopo do estudo.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa buscou realizar análise das políticas públicas de esporte e lazer. Para isso realizou-se análise da produção acadêmica de artigos científicos no período compreendido entre 2008 e 2014, configurando uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa de acordo com Minayo (1994). A autora afirma que o conjunto de dados ao serem analisados sob essas perspectivas não se opõem, mas sim se complementam, pois as realidades podem interagir, excluindo-se assim possíveis dicotomias.

Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que buscou coletar dados junto a bases de dados científicos. Apoiamo-nos na ideia de Severino (2007) que relata que a pesquisa bibliográfica acontece a partir de pesquisas anteriores que estão registradas em livros, teses ou artigos.

A busca foi realizada em duas bases: Scielo e Portal de Periódicos da Capes entre os meses de outubro e novembro de 2014, com o material que estava disponível nas referidas bases. As palavras-chave utilizadas na busca foram: lazer; esporte; políticas públicas; equipamentos de lazer; espaços de lazer, sendo as palavras combinadas entre si.

A primeira busca resultou em 62 artigos de diferentes periódicos nacionais e internacionais de variadas áreas. Como critério inicial de seleção utilizou-se a exclusão dos artigos que se repetiram, sobrando assim 51 trabalhos. Além disso, foi feita uma análise do título e do resumo de todos os artigos. Quando o título e o resumo não se encaixavam no escopo e nem no tema norteador da pesquisa o artigo era descartado. Após a análise inicial restaram 20 artigos.

Como critérios de inclusão para a pesquisa era necessário que o artigo relatasse um estudo desenvolvido em alguma cidade brasileira e que tivesse ligação com ações do poder público. Esse critério foi adotado devido ao objetivo de buscar a relação de políticas públicas e espaços/equipamentos públicos nacionais, a fim de tentar estabelecer comparativos com a realidade dos municípios brasileiros. Como critérios de exclusão estabeleceu-se que o artigo não poderia tratar de cidades no exterior.

Após análise considerando os critérios de inclusão e exclusão, nossa pesquisa considerou como artigos participantes do estudo 12 trabalhos científicos.

Tabela 1 – Síntese dos procedimentos de busca dos artigos

FASE DA PESQUISA	PROCEDIMENTO	RESULTADO
Busca Inicial a partir das palavras chave		62 artigos encontrados
Verificação de Artigos	11 artigos excluídos	51 artigos para análise

Repetidos		
Análise do título e resumo	31 artigos excluídos	20 artigos para análise
Filtro dos critérios de exclusão e inclusão	08 artigos excluídos	12 artigos para análise

Para análise dos textos selecionados tivemos como base as três fases que Severino (2007) propõe: análise textual, análise temática e análise interpretativa.

A análise textual buscou informações gerais sobre o texto e o levantamento do vocabulário, buscando a esquematização do texto com a finalidade de desenvolver uma visão de conjunto de cada artigo. Na análise temática buscou-se levantar quais as mensagens que os autores queriam transmitir, permitindo assim uma verificação do conteúdo de cada texto. Com a análise interpretativa buscou-se uma compreensão maior das ideias do autor, permitindo assim um amadurecimento e aprofundamento das discussões.

Para efeitos de análise foram considerados quatro eixos: participação social, estruturação de programas de lazer, relações intersetoriais e construção de espaços e equipamentos de lazer. A pesquisa foi direcionada para esses eixos pois, segundo Marcellino (2001) as políticas públicas devem ser avaliadas sob um olhar qualitativo, em função desses aspectos.

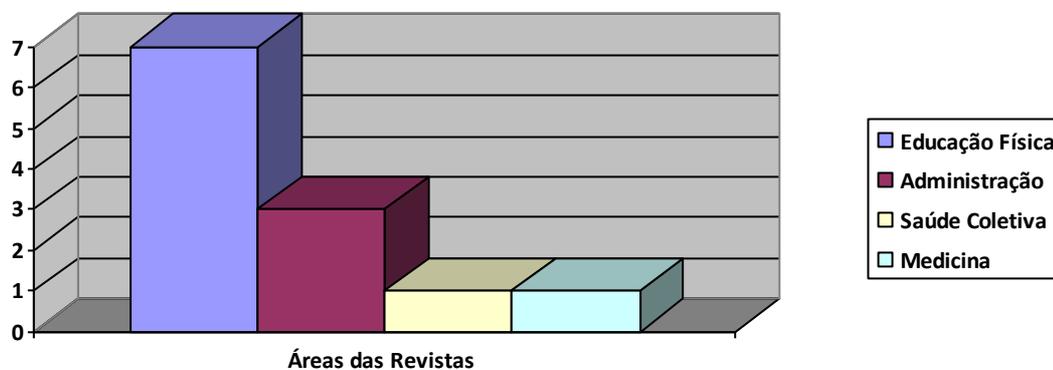
Resultados e Discussão

Após o desenvolvimento dos métodos de pesquisa citados anteriormente para a seleção das publicações que iriam compor esse estudo, procedemos a análise criteriosa de 12 artigos científicos que tratavam do escopo de nossa pesquisa.

Com relação a área das revistas que publicaram os artigos encontramos que a maioria dos estudos foi publicada em periódicos da área de Educação Física com sete incidências. Além disso, encontramos três artigos na área de administração, um artigo na área de saúde coletiva e um artigo na área da medicina. Esses dados evidenciam que

a área de políticas públicas vinculadas ao lazer acaba impactando diversas áreas do conhecimento, caracterizando uma possibilidade de atuação intersetorial.

Figura 1 – Gráfico representativo das áreas das revistas onde os artigos estudados foram publicados



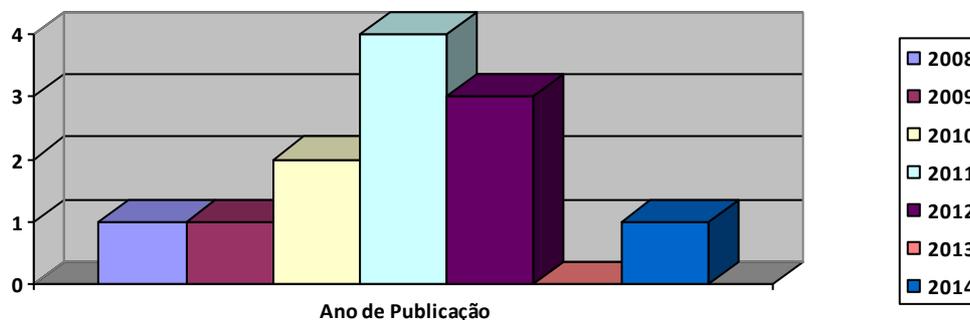
A maior parte dos artigos analisados foi publicada em revistas científicas com sede no Brasil, sendo 11 no total e somente um artigo publicado em uma revista estrangeira, de Portugal. Com relação ao ano de publicação, conforme descrito na metodologia selecionamos o período de 2008 a 2014, e os artigos selecionados eram dos seguintes anos:

Tabela 2 – Publicação dos artigos conforme os anos

Ano de Publicação dos Artigos Analisados						
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	1	2	4	3	0	1

Ao analisarmos o quantitativo de produção de acordo com o recorte de tempo proposto, percebemos que ao menos um artigo é publicado por ano de acordo com a temática. A exceção é feita ao ano de 2013, que não apresentou nenhuma incidência. Destaca-se o ano de 2011, sendo este o maior quantitativo de produção com quatro incidências. Apesar das publicações encontradas chama a atenção o fato do número reduzido de publicações da temática, mesmo sabendo da relevância desta.

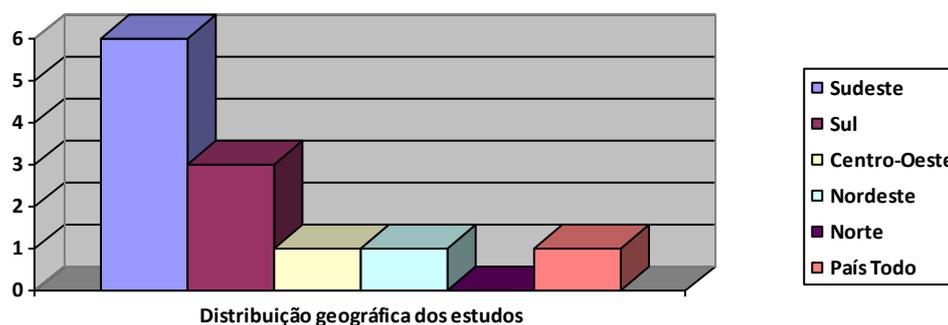
Figura 2 – Ano de publicação dos artigos estudados



Percebe-se que a publicação dos artigos que enfocam o lazer e os espaços públicos é recorrente, com exceção de 2013. Vale ressaltar que muitos artigos foram encontrados, mas não se encaixavam no escopo desta pesquisa e foram descartados de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos.

Com relação a distribuição geográfica dos locais onde foram desenvolvidos os estudos, encontramos o seguinte panorama: seis trabalhos na região Sudeste do Brasil, sendo três no estado de São Paulo, dois no Espírito Santo e um trabalho em Minas Gerais. Três trabalhos realizados na região Sul do país, sendo um deles no estado de Santa Catarina, um no Paraná e o outro no Rio Grande do Sul. Um trabalho desenvolvido na região Centro-Oeste, sendo este no Distrito Federal e um trabalho desenvolvido na região Nordeste, sendo este no estado de Pernambuco. Além disso, um trabalho considerou todo o território nacional.

Gráfico 3 – Distribuição geográfica das pesquisas em relação ao objeto de estudo



Não foi encontrado nenhum trabalho desenvolvido na região Norte do país, o que pode evidenciar não a ausência de políticas públicas de lazer nesta região, mas a carência do desenvolvimento de pesquisas nesses estados do Brasil.

Feitas essas considerações gerais sobre o perfil das pesquisas que compuseram este trabalho, passaremos a analisar os trabalhos a partir dos quatro eixos temáticos estabelecidos: participação social, estruturação de programas de lazer, relações intersetoriais e construção de espaços e equipamentos de lazer. Importante destacar que essa separação apenas para fins didáticos de apresentação do trabalho e que na prática diversas vezes os eixos estão interligados.

Participação Social

Após a análise do conjunto de 12 trabalhos selecionados previamente, identificamos que 11 estudos abordavam a temática da participação social.

Segundo a pesquisa de Alcântara (2008), que desenvolveu estudo organizacional das políticas públicas de esporte e lazer da cidade de Recife/PE, a Constituição Federal de 1988 permitiu uma ampla abertura democrática para que ocorresse uma descentralização administrativa e assim, a população participasse diretamente das decisões e dos rumos de nossa sociedade. Essa prática buscava superar o modelo

centralizador, autoritário e verticalizado de nosso Estado. Nesse sentido, a população pode e deve reivindicar seu espaço legítimo na formulação de políticas públicas, dentre elas esporte e lazer. O autor ainda destaca no início dos anos 1990 uma das primeiras experiências nesse sentido, na prefeitura de Porto Alegre/RS onde a população, em especial a mais carente, podia definir os rumos das políticas da área de esporte e lazer.

Ultramari e Rezende (2008) destacam a obrigatoriedade da participação popular para o delineamento dos Planos Diretores dos Municípios. Isso ocorreu após a aprovação da lei que estabeleceu o Estatuto das Cidades em 2002. Entretanto, segundo os autores, a população das camadas mais populares costumam não participar dos debates uma vez que o assunto é desinteressante.

Interessante notar como existem posturas diferentes em relação a condução do tema participação popular nas decisões de prioridades de esporte e lazer. Pereira *et al.* (2012), estudaram a confecção do orçamento participativo da cidade de Montes Claros/MG, em 2007. Segundo os autores, essa prática do Orçamento Participativo é comum nas prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). As reuniões aconteciam no período noturno aglutinando bairros de uma mesma região da cidade. O número de encontros variou de três (a menor incidência) a 18 reuniões. Os autores concluíram que as discussões sobre esporte e lazer pouco chamaram a atenção dos participantes, que quando focaram na temática, o fizeram com especial atenção aos interesses físicos do lazer como as modalidades esportivas ofertadas, a falta de equipamentos para as modalidades, horários disponíveis, etc. Os autores ainda apontaram que apesar da iniciativa da Prefeitura local ser pioneira naquela cidade, os critérios estabelecidos para os debates e para as tomadas de decisões ainda eram frágeis, possibilitando que a subjetividade dos promotores dos debates mascarasse as reais necessidades da população.

Stoppa; Marcellino e Silva (2011) desenvolveram um relato de experiência de suas ações de assessoria junto a Secretaria de Esportes e Lazer do município de Sorocaba/SP. O trabalho foi orientado pela metodologia da ação comunitária, que segundo os autores, leva em conta a necessidade do conhecimento da situação local, bem como os interesses e aspirações da comunidade, possibilitando sua participação em diversas fases como planejamento, organização e avaliação das ações. Os autores perceberam a necessidade de uma integração de diferentes setores da prefeitura para envolver a população. Isso se daria a partir de outras secretarias, contatos com líderes sociais, etc. Dessa forma, os moradores de Sorocaba poderiam perceber a magnitude do projeto e a importância da participação.

Para Alcântara (2008) dar voz e oportunidade aos excluídos é descentralizar e democratizar oportunidades e a população deve exigir e lutar para que esse espaço não seja perdido. Na cidade de Recife/PE, onde o estudo foi desenvolvido, o autor encontrou que os gestores possuem um modelo de princípios e fundamentos norteadores da prática de esporte e lazer e não um modelo de atividades de esporte e lazer. Isso representa que, seguindo os princípios, a política pública deverá tomar o rumo que os cidadãos acreditem serem os mais interessantes.

Areias e Borges (2011) avaliaram os espaços e os programas de lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no município de Vitória/ES, entrevistando agentes de lazer e gestores. O trabalho mostrou que por diversas vezes o lazer é encarado apenas como algo funcionalista para fora do trabalho e que “[...] apenas por meio de embates e de ocupação dos espaços de participação, a população excluída poderá equilibrar a correlação de forças e conquistar o acesso aos direitos sociais, entre eles o lazer.” (p.585).

No estudo de Cunha e Mazo (2010), que buscou entender o surgimento de *clubs* esportivos a partir das praças públicas no município de Porto Alegre/RS, fica evidente que a participação popular foi transformando as diferentes atividades a serem desenvolvidas na cidade. Além disso, as autoras relatam que “A manifestação das ideias da população por meio de publicações em jornais afirmava-se como uma forma de participação nas mudanças da cidade. [...] mostravam seu ponto de vista e exigiam apoio dos governantes” (p.134). Além disso, o estudo citado mostra que as praças porto-alegrenses permitiram o surgimento de diversas associações esportivas, como forma de organização social.

Um estudo desenvolvido por Almeida e Silva (2012) na cidade paulista de Americana, fez análise documental e entrevistou gestores e participantes do programa Recreio nas Férias, uma iniciativa do Ministério do Esporte que ocorre no período de férias escolares e tem como objetivo proporcionar atividades de esporte e lazer para crianças e adolescentes. As autoras trazem dados que nos mostram que a comunidade participa da escolha das atividades a serem desenvolvidas, superando as tradicionais propostas de “pacotes fechados” e “eventos que se vão com os ventos” (p.405). Esse modelo proporcionava maior interesse e participação dos moradores.

Salin *et al.* (2011) desenvolveram um estudo na cidade catarinense de São José. Avaliaram o olhar de idosos participantes de projetos de atividade física, coordenadores de grupo, dois dirigentes administrativos e um representante do Conselho Estadual do Idoso. A ideia do trabalho era de subsidiar a construção de um programa de ações. O estudo contou com a participação de 116 idosos, 19 coordenadores de grupo, dirigentes administrativos e um representante do conselho. Fica evidente nos resultados que os participantes cada vez mais conhecem seus direitos, em especial ao Estatuto do Idoso. Dessa forma, os autores destacam que é fundamental que os cidadãos conheçam as leis

que regem nossa vida e que passemos a atuar como protagonistas nos espaços de discussão e cobrança do setor público.

O estudo de Silva; Borges e Roeldes (2014) nos chama a atenção para a importância dos agentes comunitários do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) desenvolvido em Vitória/ES, que deveriam estimular os cidadãos a participar da tomada de decisões do programa e de diversas outras instâncias da sociedade. Entretanto, identificou-se falhas na formação e capacitação dos agentes do programa, o que segundo os autores comprometia esse estímulo a participação popular.

Costa; Mascarenhas e Wiggers (2011), realizaram estudo no programa Escola Aberta na região administrativa de Itapoã/DF, através de análise documental e observação participante. Os autores relatam a ausência de mecanismos de controle democrático e social sobre o programa, ficando a cargo do gestor responsável todas as decisões sobre o andamento do programa. Relatam ainda que o programa muitas vezes é terceirizado a Organizações Não Governamentais, o que compromete ainda mais a ideia de participação social.

Rabechini Junior e Sabino (2012) relatam um estudo de caso de transformação de um presídio desativado na cidade de São Paulo, conhecido popularmente como Carandiru, em um parque da juventude, onde diversas atividades esportivas, culturais e de lazer ocorrem. Para os autores, foi simbólico transformar um espaço de violência social em um espaço que promove práticas saudáveis para a população. O sucesso no desenvolvimento do projeto está justamente no fato de se contratar uma empresa de projetos e gestão para desenvolver a proposta de transformação do espaço. Não é citado no artigo, a participação popular como possibilidade de tomada de decisões junto aos rumos que o parque estava tomando. Os autores destacam que as decisões foram acertadas e que o número de frequentadores do local cresceu exponencialmente.

Diante dos dados analisados é possível perceber que não existe unanimidade acerca da participação popular nas tomadas de decisão dos gestores, entretanto, diversos estudos apontam essa possibilidade como um caminho importante a ser buscado. Alguns modelos de participação ainda não estão bem implementados, talvez por conta do pouco tempo desse tipo de experiência, se considerarmos a Constituição de 1988 como um marco estimulatório para essas práticas. Um fato evidente nos estudos relatados é a importância da formação e qualificação constante para que agentes públicos promovam a participação popular. É fundamental o desenvolvimento de metodologias bem estruturadas a fim de fortalecer a participação e promover que as reais necessidades da população, no que diz respeito a esporte e lazer, sejam atendidas.

Estruturação de Programas de Lazer

Com relação a estruturação de programas de lazer desenvolvidos, após a análise do conjunto de 12 trabalhos previamente selecionados, identificamos que seis estudos abordavam o tema.

Stoppa; Marcellino e Silva (2011), trazem em seu relato de experiência três passos fundamentais para a implantação de um programa de esporte e lazer na cidade de Sorocaba/SP. O primeiro deles diz respeito a capacitação dos quadros, por meio de intervenções socioeducativas. O segundo diz respeito a implantação de um projeto piloto do que será desenvolvido e posteriormente avaliar e replanejar as ações. E o terceiro que diz respeito a formação de quadros multiplicadores, que irão propagar o projeto na cidade e estimular que outras pessoas participem das ações programadas.

Segundo Cunha e Mazo (2010) a construção e melhoria de diversas praças na cidade de Porto Alegre/RS permitiram que diversas ações como programas de lazer e torneios de esporte competitivo fossem desenvolvidas. Muitas modalidades esportivas

foram oportunizadas a população a partir da ideia de conceber a praça pública como um espaço de promoção do esporte e da atividade física.

Conforme estudo de Almeida e Silva (2012), infelizmente o planejamento do projeto Recreio nas Férias precisou ser interrompido no ano de 2010 para 2011, devido a problemas de gestão administrativa e financeira. Isso trouxe a interrupção das atividades na unidade estudada e em mais 69 outras unidades. Interessante notar que por falta de requisitos que por diversos erros administrativos a população acaba sendo prejudicada nos seus direitos sociais.

Areias e Borges (2011) apresentam que os resultados do PELC em Vitória/ES apresentam-se muitas vezes de forma contraditória, uma vez que suas práticas acabam transparecendo que o lazer é algo utilitarista, para passar o tempo e divertir o trabalhador. Na sua concepção o programa aponta o lazer como uma possibilidade de transformação humana, uma forma de emancipação. A exceção se dá nos núcleos que gestores e agentes passaram por capacitação técnica.

Silva; Borges e Roeldes (2014) também desenvolveram um estudo descritivo-analítico de avaliação do PELC na cidade de Vitória/ES. Os resultados complementam a ideia do estudo anterior, uma vez que identificaram problemas na formação dos agentes de lazer, bem como a descontinuidade dos profissionais no desenvolvimento das atividades o que dificultava a consolidação de diversas ações.

No mesmo sentido Costa; Macarenhas e Wiggers (2011) relatam que apesar do programa Escola Aberta no Distrito Federal trazer como escopo a promoção de oficinas de cultura, esporte, lazer e educação aos finais de semana, devido às difíceis condições socioeconômicas da região, as oficinas são baseadas em vivências instrumentais para aprendizado de um ofício, subordinando assim as atividades de lazer e limitando o

avanço da proposta do programa. Isso produz, segundo os autores, “[...] uma inversão onde o trabalho toma o lugar do lazer” (p. 575).

Ao verificar os estudos que contemplaram esse eixo temático – estruturação de programas de lazer - podemos perceber que nem sempre aquilo que é proposto como norte de um programa de esporte e lazer acaba sendo desenvolvido. Novamente chamamos a atenção para questão da capacitação dos profissionais que irão conduzir o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos programas de esporte e lazer.

Relações Intersetoriais

Após a análise do conjunto de trabalhos selecionados previamente, identificamos que seis estudos abordavam a temática das relações intersetoriais.

Segundo Malta *et al.* (2014), a intersetorialidade consiste no desenvolvimento de processos articulados de diferentes setores da sociedade, desde o planejamento, implementação e avaliação de uma política pública. Em seu estudo os autores desenvolveram uma avaliação da Política Nacional de Promoção da Saúde no período de 2006 a 2014, avaliando programas e ações desenvolvidas no período. Nesse estudo podemos destacar que as ações intersetoriais avançaram em relação as ações isoladas e setorializadas. Com relação ao esporte e lazer, os autores afirmam que são fundamentais para o desenvolvimento de uma política de saúde pública, promovendo a qualidade de vida e não a doença.

Cunha e Mazo (2010) citam que a construção e a reforma das praças de Porto Alegre permitiram que diversas atividades educativas, pudessem ser desenvolvidas pelas escolas que possuíam sua sede próximo às praças. “[...] a medida que começaram a ser usadas pelas escolas, constituíram-se como extensão das mesmas, passaram a ser chamadas de Praças de Educação Física [...]” (p.124). Nesse sentido, a construção de

um equipamento de lazer como uma praça passou a interferir significativamente no cotidiano das ações de uma outra área, no caso educação.

Para Areias e Borges (2011), a intersetorialidade não pode ser somente uma junção de trabalho de diferentes áreas, mas sim a integralização de uma política de Estado com ações inseridas em um contexto político, econômico e ideológico, necessitando de planejamento e constante avaliação. Nesse sentido Costa; Mascarenhas e Wiggers (2011) afirmam que somente um conjunto de políticas sociais que enfrentem as situações de vulnerabilidade vão poder operar sobre a garantia de direitos sociais e o combate a pobreza e desigualdade.

De acordo com Silva; Borges e Roeldes (2014), a intersetorialidade deve abarcar não somente diferentes áreas estratégicas da sociedade, mas também trazer a integração entre diferentes entes federados, como a união, os estados e os municípios. Nesse sentido, os autores acreditam que o PELC foi uma proposta que avançou, pois apesar de ser um programa federal, solicita diferentes contrapartidas dos entes conveniados e transfere a gestão administrativa. Além dos entes citados, o programa pode ser desenvolvido em parceria com universidades e institutos públicos. Essa proposta evidenciaria a construção de redes de esporte e lazer por todo o país, fortalecendo as diferentes práticas e possibilidades.

Ao analisar os estudos que contemplaram esse eixo da pesquisa podemos perceber que todos os relatos caminharam no sentido de valorizar o desenvolvimento de ações que sejam de cunho intersetorial, uma vez que estas ações possuem uma possibilidade de sucesso relativamente maior do que ações isoladas de um único setor. Chama a atenção o desenvolvimento de ações integradas de diferentes entes federados entre si, possibilitando assim, uma maior profundidade e efetividade das políticas públicas.

Construção de Espaços e Equipamentos de Lazer

Com relação a construção ou reforma dos espaços e equipamentos públicos de lazer, após a análise do conjunto de 12 trabalhos selecionados previamente, identificamos que seis estudos abordavam o tema.

No estudo de Malta *et al.* (2014), a construção de espaços públicos deve ser de múltiplo uso, possibilitando a utilização de profissionais de diversas áreas tais como saúde, esporte e lazer, educação, etc.

A pesquisa de Cunha e Mazo (2010), sobre a importância que praças públicas tiveram no surgimento dos *clubs* de Porto Alegre mostra que a vida dos moradores porto-alegrenses melhorou a partir da construção de praças e da apropriação de diversos espaços públicos para as práticas de lazer.

Para Pereira *et al.* (2012) as reuniões do Orçamento Participativo de Montes Claros/MG resultaram em uma lista de solicitações de construções, reformas e melhoramentos em diversas áreas de esporte e lazer. Em linhas gerais as construções mais solicitadas pela população são praças, quadras e campos esportivos.

Stoppa; Marcellino e Silva (2011) apresentaram em seu relato de experiência diferentes possibilidades de intervenções, construções e reformas de equipamentos de lazer na cidade de Sorocaba/SP. Para os autores essas possibilidades estimulariam e facilitariam uma maior participação ou o conforto dos praticantes de esporte e lazer da cidade. As sugestões foram simples, no sentido de otimizar o uso dos espaços, sem a necessidade de grandes construções ou aquisições.

Num estudo feito para avaliar os programas de atividade física e lazer dos idosos, Salin *et al.* (2011) salientam que a falta de espaços e equipamentos para a prática de atividades de idosos é uma barreira que necessita ser superada no sentido de aumentar a participação. Entretanto, os autores entendem que não há necessidade de se

construir novos espaços, mas sim otimizar os já existentes como praças, escolas, quadras e divulgar melhor as ações.

Para Ultramari e Rezende (2008) relatam participações que tiveram na confecção de Planos Diretores de diferentes municípios. Os autores afirmam que a construção de equipamentos ou espaços de lazer deve contemplar as discussões do Plano Diretor Municipal e do Planejamento Estratégico Municipal, documentos que por lei precisam envolver a comunidade nas discussões. Segundo os autores, é fundamental que uma cidade decida em que Zona ela quer crescer, o impacto que novas instalações causarão na arquitetura da cidade, o impacto de vizinhança relativo as alterações que esses espaços causarão no trânsito e no dia a dia das pessoas. Dessa forma, as novas construções, dentre elas as voltadas para a área de esporte e lazer, devem ser muito bem pensadas e estruturadas, afinal tratando-se dos investimentos públicos e do dia a dia das pessoas é fundamental que o gestor público se preocupe.

Construções de espaços públicos de lazer são importantes na medida em que atendem efetivamente as necessidades da população. Não é raro encontrar equipamentos de lazer que se tornam os chamados “elefantes brancos” sem funcionalidade e sem a devida utilização, simplesmente gerando custos de manutenção. Nesse sentido chamamos atenção para o planejamento efetivo de metas e prioridades que podem e devem contar com a participação popular, abordada no primeiro eixo. Conforme estudos que relatamos existem legislação que dá suporte para isso e práticas em diferentes locais do país que chamam a atenção e poderiam servir de inspiração para gestores públicos.

Considerações Finais

Discutir ações do poder público não é uma tarefa das mais simples, afinal, podemos perceber pelos estudos apresentados que existem diferentes possibilidades de

se pensar sobre um mesmo tema. Entretanto, devemos ficar atentos ao atendimento das reais necessidades da população e ao uso dos recursos públicos disponíveis.

Nossa pesquisa buscou levantar dados de artigos científicos sobre as políticas públicas e os equipamentos de esporte e lazer de diversas regiões do país a partir de quatro eixos que são interligados mutuamente: participação social, estruturação de programas de lazer, relações intersetoriais e a construção de espaços públicos. Ficou evidente em nosso estudo a importância do planejamento e da constante avaliação das ações desenvolvidas. Para isso, não restam dúvidas da necessidade da capacitação dos agentes públicos que irão desempenhar suas funções nessa área.

Vale ressaltar a importância dada a participação popular na tomada de decisões, seja para a construção de um novo espaço público de lazer, seja para o desenvolvimento de um programa específico. Isso ficou evidente na quantidade de estudos que abordaram o tema. Outro ponto que chama atenção é a unanimidade dos estudos em apontar e valorizar a importância do desenvolvimento de ações intersetoriais a fim de potencializar as ações.

Acredita-se na necessidade de novos estudos que evidenciem diferentes experiências desenvolvidas em mais municípios e estados brasileiros, abrindo espaço para a discussão de novas possibilidades de se pensar políticas públicas de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, B. C. S. Reflexões sobre o potencial das políticas públicas democrático-populares locais para estudar possibilidades de um novo organizar. **Cadernos EBAPE**, v. 05, n. 2, p.1-14, jun. 2008.

ALMEIDA, N. T.; SILVA, D. A. M. O planejamento do “Recreio nas Férias” na cidade paulista de Americana. **Motriz: Rev. Educ. Física**, v. 18, n.2, p.401-413, 2012.

AREIAS, K. T. V.; BORGES, C. N. F. As políticas públicas de lazer na mediação entre Estado e sociedade. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 33, n.3, p. 573-588, jul./set. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

COSTA, J. M.; MASCARENHAS, F.; WIGGERS, I. D. O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta”. **Motriz: Rev. Educ. Física**, v.17, n.4, 2011.

CUNHA, M. L. O. da; MAZO, J. Z. A criação dos *clubs* nas praças públicas da cidade de Porto Alegre (1920-1940). **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 32, n.2-4, p.123-139, dez. 2010.

MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, E. QUEIROZ, J. J. (Org.). **A cultura do povo**. São Paulo: EDUC, 1979.

MALTA, D. C. *et. al.* A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, de 2006 a 2014. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, p. 4301-4311, 2014.

MARCELLINO, N. C. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e cultura**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

_____. **Lazer e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. (Org.). **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 12, n. 1-3, p. 313-317, 1992.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

PEREIRA, L. M *et al.* O Lazer no Orçamento Participativo. **Motricidade**, v. 8, s.2, p.279-288, 2012.

POCHMANN, M. **Reconquistar a cidade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

RABECHINI JUNIOR, R.; SABINO, S. A implantação da estratégia por meio de projeto: o caso Carandiru. **Future Studies Research Journal**, v. 4, n.2, p.187-216, 2012.

SALIN, M. S. *et al.* Atividade física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**,v.14, n.2, p.197-208, jun. 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; ROELDES, A. D. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Vitória – ES. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 36, n.3, p. 640-647, 2014.

STOPPA, E. A.; MARCELLINO, N. C.; SILVA, D. A. M. Políticas públicas de lazer e a metodologia de ação comunitária. **Motriz: Rev. Educ. Física**, v.17, n.3, p.556-566, jul./set. 2011.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. A. Planejamento Estratégico e Planos Diretores Municipais: referenciais e bases de aplicação. **RAC.**, v. 12, n.3, p.717-739, jul./set. 2008.

Endereço dos Autores:

Rafael Castro Kocian
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Campus Muzambinho - Curso de Educação Física
Estrada de Muzambinho, km 35 – Bairro Morro Preto – Cx. Postal 02
Muzambinho – MG – 37.890-000
Endereço Eletrônico: rafaelkocian@gmail.com

Cinthia Lopes da Silva
Universidade Metodista de Piracicaba
Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano
Rodovia do Açúcar, km 156
Piracicaba – SP – 13.423-170
Endereço Eletrônico: cinthiasilva@uol.com.br